

# Prevista a rejeição do substitutivo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Embora a maioria dos constituintes esteja insatisfeita com o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, quase todos admitem que o jogo de pressões atingiu o paroxismo nesta reta final. E isso, segundo eles, ficará comprovado ao longo das próximas semanas, tanto na Comissão de Sistematização como no plenário, quando importantes modificações poderão ser introduzidas no projeto, entre as quais a possibilidade de as eleições indiretas serem suprimidas, a consagração da estabilidade mediante determinadas condições e a que tira os seis anos de mandato do presidente Sarney.

Havendo espaço para negociações, composições e esperanças de vitória das partes envolvidas em divergências de opiniões, resta basicamente a expectativa dos segmentos da sociedade, direta ou indiretamente interessados no projeto constitucional, com as inevitáveis manobras diversionistas.

O deputado Delfim Netto (PDS-SP), que previu o caos a curto prazo, atribui-o ao processo fechado de elaboração da Carta constitucional. "O grande herói foi o Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado)", diz Delfim, que conseguiu incluir no texto do substitutivo parágrafos inexistentes e suprimir outros. Para ele, a avaliação de quem ganhou ou de quem perdeu até agora na Constituinte não passa de bizantismo: "Perdemos todos, pois o País está a um passo de se tornar ingovernável". Quanto ao sistema de governo, o deputado paulista acha que parlamentarismo de conveniência, ajustado às necessidades políticas e partidárias e sem uma máquina administrativa eficaz, pode ser ruim para as pretensões de Leonel Brizola, mas está longe de ser bom para o Brasil. No plano fiscal vai mais além: "Vocês já imaginaram descentralizar recursos sem redefinir atribuições?"

Para o deputado Bonifácio de Andrade, também do PDS, depois de oito meses de entrevistos, um lobby destacou-se desmedidamente: o dos assessores do complexo administrativo da União. Na opinião de Bonifácio, embora representando vários setores, esses lobistas provocam um mal comum: a consolidação do domínio do estatismo, ou seja, a presença excessiva do Estado em todos os setores da vida nacional.

Jofran Frejat, do PFL, reflete o pensamento de seu partido ao fazer coro contra a burocracia do Estado, a qual vê fortalecida em prejuízo da modernidade desejável para uma sociedade como a nossa. E adverte: "Os instrumentos da estatização estão disseminados no substitutivo e não será surpresa se num futuro próximo, por força do emperramento da burocracia estatal, o Brasil ficar sem bisturis para cirurgias".

ANC 88  
Pasta 26 a 30  
Setembro/87  
034

O deputado Oswaldo Lima Filho, do PMDB, diz que estão ganhando os representantes do grande capital nacional e internacional — "o conceito de empresa nacional é pessimista" — e os setores ligados aos meios de comunicação, pois o Conselho Nacional de Comunicação não terá poderes efetivos para democratizar o processo de comunicação social no País. Oswaldo Lima Filho, no entanto, acha que algumas questões fundamentais estão pendentes de definição, sendo possível a concretização de avanços na reforma agrária, nos direitos sociais, na manutenção da escola pública e na reserva de mercado na área da ciência e tecnologia.

Para o senador Mansueto de Lavor, também do PMDB, "houve avanços" em relação à reforma agrária, mas considera fundamental que a imissão de posse num período de 90 dias seja preservado, sob pena de comprometimento de todo o conjunto de medidas que irá reordenar a estrutura fundiária do País.

Brandão Monteiro, líder do PDT, acha o substitutivo uma colcha de retalhos, "mas nele estão abrigados todos os interesses do PMDB, o grande vencedor". Brandão argumenta que aquele partido será beneficiado pelo parlamentarismo e pela reedição do colégio eleitoral, representado por eleições indiretas em segundo turno, quando o vencedor no primeiro não tiver obtido maioria absoluta dos votos.

Para Brandão Monteiro, na ordem econômica os vencedores, no momento, "são os agentes do capital internacional, até certo ponto a UDR, pois, apesar dos títulos da dívida agrária, no fundamental as desapropriações serão efetuadas em dinheiro. Na ordem social dificilmente deixarão de prevalecer as 48 horas de jornada semanal de trabalho e o texto sobre estabilidade também não deverá ser aprovado. Ganha o capital, ganham os empresários e perdem os trabalhadores". Segundo o deputado, o relator Bernardo Cabral tem grande responsabilidade por esta situação: "Ele quis passar para a História como o responsável pela estabilidade e está tirando a viabilidade para sua aprovação. E, por tudo isso, ganham o PMDB, o capital estrangeiro e as grandes empresas; perdem os trabalhadores urbanos e rurais e a democracia".

José Genoíno, do PT, acha que o grande problema da Constituinte é o fato de que, se dela resultar a Carta com o perfil excessivamente conservador que se delinea, ela não será assimilada pelo povo, suprimido do jogo político e do processo de decisão pelo parlamentarismo.

Para o senador João Paulo Bisol, "numa sociedade instável não se produz um documento estável e uma Constituição perene teria de ter como pressuposto uma sociedade estável". Para Bisol, a Constituição deve ser analítica e não concisa, pois a ela caberia considerar, exaustivamente, cada reforma de base destinada a transpor o País da instabilidade para a estabilidade. No conjunto, ele acha a Constituinte "uma frustração".

ESTADO DE SÃO PAULO

27 SET 1987